

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: AES negocia bloco de ações do BNDES na geradora Tietê	2
Título: Produção da Hydro no Brasil cresce mesmo na crise	3
Título: Discussão sobre reequilíbrio atrasa 'Conta Covid'	5
Título: Curtas	6
Título: Novo impulso ao etanol celulósico no país.....	6
VEÍCULO: O Globo.....	8
Título: Paulo Guedes quer quatro privatizações este ano	8
Título: Estado envia proposta para tentar salvar ajuste fiscal	10

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 17/06/2020****Seção: Empresas****Autor: Maria Luíza Filgueiras — De São Paulo****Título: AES negocia bloco de ações do BNDES na geradora Tietê**

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) deu início a um processo competitivo para a venda de sua participação na geradora de energia AES Tietê. O negócio foi engatilhado pelo interesse da americana AES Corp. em comprar essa participação - o que fez com que o banco público optasse pelo formato de leilão. O **Valor** apurou que a AES contratou os bancos Credit Suisse e Goldman Sachs como seus assessores nessa tratativa. A participação, detida por meio da BNDESPar, é de 28,41%, correspondente a R\$ 1,6 bilhão.

Do lado do BNDES, o assessor financeiro é a BR Partners, conforme informação divulgada pelo banco. O **Valor** apurou que o assessor já buscou conversas com outros potenciais interessados para que participem do processo, incluindo a Eneva e a Engie, além de dois grupos asiáticos. Quanto mais interessados, melhor pode ser o prêmio sobre a cotação atual.

Mas nem todos devem entrar na disputa. A Eneva, por exemplo, afirmou que não analisa essa operação e não contratou assessor financeiro para tanto. O **Valor** apurou que a Engie também não teria interesse em fazer uma proposta. Uma dinâmica de competição pelo ativo, portanto, dependeria de os grupos asiáticos seguirem no páreo com a AES Corp.

A holding americana é quem tem particular interesse no negócio. A AES já tem 61,61% das ações ordinárias, mas apenas 24,35% do capital total da Tietê. Comprar a parte do BNDES é uma estratégia de defesa contra novas tentativas de aquisição e fusão (M&A) da Tietê por parte de empresas concorrentes - o que lhe garantiria não ficar mais exposta a eventuais interpretações sobre regras do mercado.

Isso porque a AES entendia que já detinha o controle decisório da Tietê nesse tema, ao ter a maioria das ações ordinárias. Mas, na avaliação sobre a proposta da Eneva pela Tietê, a bolsa brasileira deu outra indicação. A B3 afirmou que, no caso de fusão ou aquisição, os detentores de ações preferenciais também votariam. Mas a Eneva acabou retirando a proposta.

A posição total do BNDESPar na Tietê é superior à da AES, mas composta majoritariamente por ações preferenciais. Para quaisquer outro interessado, portanto, a aquisição representaria não ter a maioria dos votos ou ter que

enfrentar essa disputa sobre a posição de preferencialistas, caso o objetivo de entrada seja um posterior M&A, ressaltam as fontes.

O BNDES, historicamente, dá preferência à venda de ações em bloco no pregão ou estrutura uma oferta quando os volumes são maiores. Essa tratativa faria parte de um novo entendimento do banco de que é possível aprovar operações de negociação direta uma vez comprovada o benefício de preço, tal como faz com participações em empresas não listadas em bolsa, apurou o **Valor**. Ainda assim, precisa ser em processo competitivo - por isso não pode vender diretamente para a AES, mesmo que ela se mantivesse como única proponente direta.

O banco de fomento pode vender a totalidade da participação ou apenas a maior parte dela, dependendo do comprador, para que não seja necessária uma oferta pública de aquisição (OPA) aos demais acionistas, posterior à transação, apurou o Valor.

Procurada, a AES Corp. informou que não iria comentar. Questionado sobre a negociação com a AES, o BNDES não deu retorno.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/06/2020

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado — De São Paulo

Título: Produção da Hydro no Brasil cresce mesmo na crise

Um ano após o fim embargo de produção na Alunorte, subsidiária da Hydro Brasil, a companhia está prestes a atingir o nível de atividade de dois anos atrás. O vice-presidente de Bauxita e Alumina da Hydro no Brasil, John Thuestad, disse que a produção de alumina deverá atingir a capacidade até o fim deste ano.

Segundo ele, mesmo com a pandemia de covid-19, as vendas e as exportações se mantiveram nos mesmos volumes. De acordo com o balanço da empresa, se a produção se manter nos patamares do primeiro trimestre deste ano, ao fim de 2020 serão 6,1 milhões de toneladas de alumina produzida na Alunorte.

“Hoje, operamos em 95% de nossa capacidade. No mercado de bauxita, alumina e metais primários a pandemia não afetou muito. Seguimos operando nos níveis normais e eventuais ajustes que aconteceram ao redor do mundo acabam sendo compensados pela retomada da China”, disse.

Segundo dados da companhia, os volumes de produção de bauxita e alumina de abril e maio aumentaram em comparação com o mesmo período de 2019, como

resultado do aumento da produção na mina de bauxita Paragominas e na refinaria de alumina Alunorte no Brasil, após o embargo.

No período, foram produzidas 1,76 milhão de toneladas ante 910 mil toneladas, um aumento de 94%. Já a produção de alumina cresceu 82%, passando de 543 mil toneladas para 989 mil toneladas.

Em função da manutenção da atividade produtiva, a companhia está concluindo os investimentos de 2,4 bilhões de coroas norueguesas (NOK) (US\$ 251 milhões) até ao fim do ano. A maior parte será aplicada na Alunorte para atingir 6,3 milhões de toneladas por ano.

“O objetivo do programa de melhoria global da Hydro de [atingir] 7,3 bilhões de toneladas até 2023 mantém-se inalterado. Mas não se espera gastar 4,1 bilhões de coroas norueguesas em 2020, devido à diminuição prevista dos volumes e à evolução do mercado”, informou a companhia.

O preço da alumina foi o mais afetado pela pandemia, segundo o executivo. “Antes dessa situação, a tonelada de alumina era cotada a US\$ 300, hoje está em torno de US\$ 250 a US\$ 220. Com isso, tivemos um impacto na rentabilidade, apesar da produção ter se mantido”, afirmou Thuestad.

O executivo disse que com base nos preços atuais e as “incertezas significativas no futuro”, globalmente, a companhia espera impacto positivo no custo da Alunorte, resultante da redução dos preços das matérias-primas. “Mas este efeito positivo pode ser parcialmente impactado pelo preço da alumina no mercado internacional.”

As vendas de alumina da Hydro mantiveram-se basicamente no mesmo nível de antes da pandemia. Os principais mercados continuam a ser o sistema produção de alumínio primário da Hydro na Noruega, Qatar, Alemanha, Eslováquia e Canadá. “

O executivo ressaltou, ainda, que na divisão de bauxita e alumina a companhia conseguiu implementar as medidas necessárias para proteger os funcionários nas áreas de produção. “O que nos permitiu manter um ritmo regular nas nossas operações”, disse.

A Hydro aplicou, ainda, R\$ 15 milhões em ações de combate ao novo coronavírus nas regiões onde atua. Entre as iniciativas, a companhia doou recursos para a instalação e manutenção de hospitais de campanha no Pará.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 17/06/2020****Seção: Empresas****Autor: Letícia Fucuchima — De São Paulo****Título: Discussão sobre reequilíbrio atrasa 'Conta Covid'**

O pedido das distribuidoras de energia relacionado a reequilíbrio econômico-financeiro por causa da pandemia tomou o centro das discussões sobre a “Conta Covid”, empréstimo bilionário destinado ao setor elétrico. Para especialistas, a questão gerou uma controvérsia desnecessária e acabou atrasando a deliberação sobre a operação financeira num momento em que a situação de liquidez das distribuidoras complica a cada dia.

Prestes a fechar os balanços do segundo trimestre, as distribuidoras pediram à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) uma autorização para fazer o registro contábil de ativos financeiros gerados pela pandemia. A ideia é se proteger de uma eventual violação de cláusulas restritivas (“covenants”) em contratos de financiamento e debêntures, que, se ocorresse, poderia levar ao vencimento antecipado de suas dívidas. De acordo com as empresas, esse mecanismo evita o surgimento de uma crise financeira e é importante para que elas decidam assinar os contratos do empréstimo.

A proposta foi discutida na segunda-feira, em reunião extraordinária da Aneel para deliberar sobre a regulamentação da “Conta Covid”. A relatora do processo, Elisa Bastos, acatou parcialmente a sugestão das distribuidoras, mas o tema causou divergência entre os diretores. A reunião, que se estendeu pela madrugada, terminou sem uma decisão final sobre o empréstimo: o diretor Efraim Cruz pediu vista do processo e propôs que uma nova reunião extraordinária fosse convocada para sexta-feira.

Raphael Gomes, sócio de Energia do escritório Demarest, avalia que o tema do reequilíbrio das concessões não deveria estar inserido nas discussões do empréstimo. “Entendo a urgência e a ansiedade das distribuidoras, é legítimo. Porém, vimos que, em vez de virarmos a página da ‘Conta Covid’, começou a se discutir ativo regulatório”.

Embora a Aneel já tenha dito que tratará num segundo momento dos eventuais desequilíbrios gerados pela pandemia às concessões, alguns diretores

mostraram desconforto com a possibilidade de um aval para que as empresas reconheçam ativos antes de que isso tenha passado pela análise da agência.

Mesmo que permitida, a contabilização desses ativos relacionados à pandemia não representaria uma solução definitiva para o risco de quebra dos “covenants”, afirma Gabriel Francisco, da XP Investimentos. Para o analista, o mecanismo proposto é frágil: como a Aneel não é obrigada a reconhecer os valores declarados pelas empresas como ativos regulatórios numa eventual revisão tarifária, as empresas podem ter que realizar baixas contábeis no futuro. “Tenho dúvidas se realmente é uma solução, você transfere o risco de quebra do covenant lá para a frente.”

Para Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil, as discussões perderam de vista os dois objetivos principais da “Conta Covid”: garantir liquidez ao setor elétrico e minimizar os impactos aos consumidores. “Se esse pano de fundo estivesse muito claro o tempo todo, o debate não teria caminhado o de maneira tão divergente”. Para ele, encarar a questão do reequilíbrio das distribuidoras desde o início tende a facilitar e proteger o setor de eventuais problemas que possam surgir no futuro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/06/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Neoenergia e BNDES

A Neoenergia está negociando junto ao BNDES um financiamento de até R\$ 3,4 bilhões para suas distribuidoras Coelba (BA), Celpe (PE), Cosern (RN) e Elektro (SP). Os termos iniciais do empréstimo envolvem taxa de IPCA + 4,65% a.a. e prazo de 20 anos. Segundo fontes de mercado, a operação assegurará parte relevante do Capex das empresas previsto para 2020 e 2021, e a expectativa do grupo é fechar a operação até julho.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/06/2020

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos — De São Paulo

Título: Novo impulso ao etanol celulósico no país

A produção brasileira de etanol celulósico, ou de segunda geração (2G), que patina há anos por dificuldades tecnológicas e falta de incentivos, poderá ganhar estímulo extra com os desenvolvimentos de inovações que já começam a sair do forno.

O Laboratório Nacional de Biorrenováveis, do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (LNBR/CNPEM), acaba de criar um coquetel enzimático com fungos geneticamente modificados que poderá ser fabricado dentro das próprias usinas e a custos mais baixos, o que tende a facilitar o processo produtivo.

A novidade se soma a outra anunciada recentemente pela Embrapa e pelo Centro de Tecnologia Canavieira (CTC), que também desenvolveram um coquetel a partir de três micro-organismos, incluindo transgênicos. A pesquisa do LNBR, porém, já conseguiu ser replicada em uma planta-piloto e está mais próxima de ser lançada no mercado por ter patentes em processo avançado de registro.

As enzimas são um elemento central da produção de etanol celulósico, por serem as responsáveis, no Brasil, pela quebra da biomassa da cana (palha e bagaço) e sua transformação em sacarose. Atualmente, as duas usinas de etanol 2G no país - uma da Raízen Energia e outra da GranBio - só têm à disposição enzimas produzidas no exterior, por três empresas.

A principal vantagem de uma enzima produzida nacionalmente é a redução de custos na fabricação do etanol celulósico, ainda considerados uma barreira para a competitividade do biocombustível. A enzima representa entre 30% e 40% do custo de produção.

Esse percentual depende do nível de tecnologia empregada na usina e se há ou não integração com a produção convencional de etanol. Em geral, o custo das enzimas para o etanol 2G varia de US\$ 4 a US\$ 10 o quilo. “Nossas modelagens indicam que o custo [do coquetel do LNBR] está abaixo desse limite inferior - dependendo do processo, fica em torno de US\$ 3 [o quilo]”, disse Mario Murakami, líder da pesquisa no laboratório.

O LNBR está patenteando seu fungo - modificado geneticamente para produzir as enzimas desejadas para realizar a hidrólise (quebra) da biomassa - e também o bioprocessamento de produção da enzima. Na plataforma desenvolvida, o fundo digere insumos orgânicos produzidos como resíduos no próprio processo industrial da usina, como melaço e leveduras.

“As modificações genéticas foram feitas pensando na integração da indústria sucroenergética brasileira”, afirmou Murakami. Nada impede, porém, que a

tecnologia seja usada em outras rotas de produção de etanol 2G comuns em outros países, que utilizam como matéria-prima, por exemplo, palha de arroz e resíduos florestais. O coquetel enzimático pode ser utilizado inclusive em outras cadeias produtivas, como as de nutrição animal, alimentos e bebidas.

“Para cada arquitetura [de celulose em uma biomassa] é preciso um ajuste fino na composição do coquetel. Faço essa regulação aumentando ou reduzindo uma enzima “desligando-a” [na transgenia]. Nosso fungo está completamente domesticado”, disse.

Um dos principais fatores de redução de custo é a alta produtividade de enzimas que uma empresa poderá alcançar em sua própria usina. A cepa do fungo da LNBR obteve rendimento de 80 gramas por litro de enzimas, o que representa uma taxa de conversão de resíduos em enzima de 40%. A taxa de conversão em enzimas descrita na literatura científica varia de 5% a 25%. Além disso, o coquetel enzimático do laboratório também teve eficiência semelhante à das enzimas comerciais no processo de sacarificação (transformação de biomassa em sacarose), disse o pesquisador.

Para uma usina que queira investir em etanol celulósico com produção própria das enzimas a partir da tecnologia do LNBR, é preciso um aporte de “algumas dezenas de milhões de reais” em equipamentos, que pode variar conforme capacidade industrial e tipo de tratamento dado à biomassa, entre outros fatores, segundo Murakami.

Se o aporte inicial pode ser elevado, o retorno pode vir de várias formas. Para uma usina comprar as enzimas disponíveis hoje, ela arca com custos de importação, refrigeração durante o transporte, armazenamento e downstream.

As duas patentes do LNBR já receberam pareceres internacionais favoráveis e aguardam o registro final para que o licenciamento possa começar. Como o laboratório é uma organização sem fins lucrativos, há conversas com empresas para que a tecnologia seja disponibilizada no mercado.

Já Embrapa e CTC pediram registro de patente de seu coquetel em novembro e estão em busca de empresas capazes de produzir a novidade em escala industrial.

VEÍCULO: O Globo

Data: 17/06/2020

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA

Título: Paulo Guedes quer quatro privatizações este ano

Ideia é vender Eletrobras, Correios, Porto de Santos e operadora da União no pré-sal, além de abrir o capital da Caixa Seguridade. Processos, porém, têm de passar pelo Congresso, e há dúvidas sobre apoio de parlamentares

BRASÍLIA- O ministro da Economia, Paulo Guedes, mudou seus planos e decidiu que irá trabalhar para fazer quatro grandes privatizações este ano. A decisão foi tomada na última reunião do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), na semana passada. O PPI agora é comandado por Guedes. A intenção dele é privatizar a Eletrobras, os Correios, o Porto de Santos e a Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA), além de abrir o capital (por meio de uma oferta pública de ações) da Caixa Seguridade.

Parte dessas privatizações, como da Eletrobras, porém, precisa passar pelo Congresso Nacional, e há dúvidas sobre o apoio dos parlamentares à venda das estatais.

As privatizações que Guedes quer fazer estavam previstas para os próximos anos. O ministro, porém, mudou de ideia diante da necessidade de fazer caixa este ano e devido à visão de que é necessário aumentar investimentos privados para ajudar na retomada da economia.

MAIS AGILIDADE

Uma fonte que participou da reunião afirmou que o presidente Jair Bolsonaro cobrou mais agilidade para as privatizações. O próprio Guedes sabe que esse processo está lento e precisa acelerar. Com um ano e meio de governo, as privatizações foram concentradas em subsidiárias das estatais, além de concessões de serviços, como aeroportos e estradas.

A principal novidade das empresas listadas por Guedes é a intenção de privatizar a PPSA este ano. A empresa é a parte da União nos contratos do pré-sal que operam sob regime de partilha. Sob este regime, parte da produção dos campos fica com o governo federal, em percentual definido no leilão. O governo, na prática, entra como sócio do empreendimento. A PPSA foi criada em 2010 e é também responsável pela comercialização do óleo e do gás que ficam com o governo e pela gestão dos contratos de partilha.

Técnicos do ministério estão trabalhando no modelo para a venda da empresa. O ministro quer acabar com o modelo de partilha, por considerar que ele é pouco eficiente e atrasa investimentos.

Outra grande privatização que Guedes voltou a defender que ocorra este ano é a da Eletrobras. A decisão de vender a maior empresa de energia da América Latina foi tomada em 2017, ainda no governo Michel Temer. O governo

Bolsonaro mandou uma proposta própria ao Congresso no fim do ano passado. Mas, até agora, o projeto não avançou.

O Ministério da Economia chegou a prever uma arrecadação de R\$16,2 bilhões com a privatização da Eletrobras este ano. Porém, tirou essa previsão do Orçamento. Há forte resistência das bancadas de Minas Gerais e do Nordeste, na Câmara, e do MDB, no Senado.

MONOPÓLIO POSTAL

Os Correios também estão no plano do governo desde o ano passado. O entendimento da equipe econômica hoje é que sua privatização também precisa passar pelo Congresso, principalmente porque a Constituição determina o monopólio estatal do serviço postal.

Guedes ainda quer privatizar o Porto de Santos. Nesse caso, o processo está sendo tocado pelo Ministério da Infraestrutura, que já contratou o BNDES para estudar a modelagem.

VEÍCULO: O Globo

Data: 17/06/2020

Seção: Rio

Autor: DAVID BARBOSA

Título: Estado envia proposta para tentar salvar ajuste fiscal

Para se manter no Regime de Recuperação, governo apresenta medidas de redução de despesas e aumento de arrecadação de R\$ 1,74 bilhão ao conselho de supervisão, que apontou descumprimentos de R\$ 600 milhões

Para compensar descumprimentos ao Regime de Recuperação Fiscal, o governo do Rio apresentou, na segunda-feira, uma proposta de aumento de arrecadação e redução das despesas ao Conselho de Supervisão Fiscal, responsável por monitorar o ajuste. O grupo exige um mínimo de R\$ 600 milhões em contrapartidas financeiras até o dia 5 de setembro, data em que se encerra o socorro dado ao Rio e que poderá, ou não, ser prorrogado até 2023. No documento enviado à comissão, o estado alega que as medidas sugeridas garantiriam R\$1,74 bilhão.

Na proposta, o governo de Wilson Witzel prevê, até o dia 5 de setembro, um impacto de R\$ 775 milhões referentes ao bloqueio de 9,5 mil cargos vagos desde o início do Regime de Recuperação Fiscal. Outros R\$ 720 milhões seriam obtidos com recuperações de dívidas de contribuintes com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Mais R\$ 171 milhões viriam com o aumento da alíquota do imposto destinado ao Fundo Estadual de Combate à

Pobreza e com a criação do Fundo Orçamentário Temporário. Além disso, outros R\$ 70 milhões devem entrar no caixa estadual com a adesão do Rio a um convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária que revoga benefícios fiscais ao setor de gás natural e petróleo. O acordo, porém, ainda precisa ser regulamentado.

VETO A COMPENSAÇÃO

A proposta ainda precisa ser avaliada pelo Conselho, que, no passado, recusou outras medidas compensatórias sugeridas pelo governo estadual. Em outubro de 2019, por exemplo, o Rio propôs uma revisão nos contratos de fornecimento de alimentação para a população carcerária, que reduziria estas despesas em até R\$ 389 milhões no período de junho de 2019 a dezembro de 2023. A proposta tinha como objetivo compensar um impacto estimado em R\$ 217,1 milhões pela reestruturação das carreiras na Uerj, mas foi recusada. No entendimento dos técnicos, ela não seria suficiente para amortecer os gastos extras do caixa estadual.

Em nota, o Conselho de Supervisão Fiscal informou que está analisando a nova proposta de compensação financeira do Rio e que a resposta será dada até o próximo dia 5. Ao GLOBO, o Secretário de Estado de Fazenda, Guilherme Mercês, afirmou que acredita que as medidas serão aprovadas desta vez, já que, no mês passado, o Conselho definiu quais formas de compensação seriam aceitas, o que não havia sido feito até então.

—Todas as medidas apresentadas foram exatamente pautadas nessa decisão e estão alinhadas às definições do Conselho. Estamos muito seguros de que ele vai aceitar as medidas. Além disso, há outras propostas em curso, como o projeto de desestatização que está tramitando na Alerj —afirma.

FRUSTRAÇÃO DE R\$ 4,7 BI

Atualmente, a frustração dos planos de recuperação fiscal está na ordem de R\$ 4,7 bilhões, provocada pela não implementação de medidas de redução de despesas e aumento de receita. Entre setembro de 2017, mês em que se iniciou o regime, e abril deste ano, o acordo previa um ajuste fiscal de R\$ 25,4 bilhões. Até aquele mês, somente R\$ 20,7 bilhões tinham sido realizados. Além de aumentos de remunerações a servidores, o poder Executivo do Estado também acumula um crescimento no número de cargos comissionados.

No início de junho, o colunista Lauro Jardim antecipou um parecer do Conselho favorável ao rompimento do Regime de Recuperação Fiscal já neste mês, devido aos descumprimentos das metas por parte do governo estadual. À época, em

entrevista ao GLOBO, o secretário de Fazenda afirmou que tem contato diário com o Conselho e que “o regime vai ser renovado”.

MME / ASCOM .